

## Memória de Reunião

### 2ª reunião do Grupo de Trabalho de Macrozoneamento do PDUI - AUP

**Data:** 07.03.2018

**Participantes:** (ver listas de presença)

Coordenadoras pela Comissão Técnica: Alessandra Argenton e Maria Beatriz Souza

Coordenadoras pela Emplasa: Letícia Trombeta e Mariana Yamamoto

Relatora: Maria Cláudia Lima

#### **Síntese da discussão:**

Letícia Trombeta retomou a reunião anterior, em que ficou acordado que seriam apresentados os macrozoneamentos em desenvolvimento nos PDUIs das Regiões Metropolitanas de São Paulo e Sorocaba. Em seguida, passou a palavra a Felipe das Virgens, que apresentou o macrozoneamento da Região Metropolitana de Sorocaba.

Alessandra Argenton questionou quem é o responsável pela leitura das áreas e Letícia respondeu que a Emplasa faz o trabalho de mapeamento com os dados que possui. Alessandra apontou a necessidade de uma leitura mais profunda, porque as propostas apresentadas até agora na plataforma não se aplicam. Letícia sugeriu que fossem os apontados quais dados são importantes, para fazer leitura unificada dos planos diretores. Posteriormente, o GT elabora a proposta de macrozoneamento.

Matias Razzo indagou se o macrozoneamento não entra no zoneamento urbano do município, ou seja, se o macrozoneamento da Aglomeração é mais geral, sem entrar no detalhe. Letícia respondeu que não, o macrozoneamento parte de diretrizes gerais, tentando solucionar conflitos entre os municípios, mas não nos Planos Diretores de cada um. Felipe reforçou que o PDUI trata informações regionais e não interfere na legislação municipal, que entra no nível de detalhe e dá diretrizes mais específicas. Letícia acrescentou que a Emplasa faz uma leitura unificada dos zoneamentos municipais para identificar o que tem em comum e os conflitos, mas não que ele seja o macrozoneamento.

Maria Beatriz Souza perguntou se em Sorocaba apareceu a questão dos loteamentos clandestinos em zona rural e Felipe respondeu que sim, porque Sorocaba cresceu muito em questão de loteamentos, tanto formais quanto informais. Houve uma discussão sobre a regularização fundiária desses empreendimentos e foram desenvolvidas algumas diretrizes nesse sentido.

Alessandra destacou a necessidade de mapeamento específicos, como áreas ambientalmente protegidas, áreas de fragilidade ambiental, áreas degradadas de grande porte – mineração, lixões, aterros sanitários de grande porte –, áreas de potencial turístico, áreas industriais de grande porte. Michele Ferreira acrescentou as áreas irregulares e que precisam de regularização fundiária e também compatibilização destas com áreas ambientais.

Beatriz ressaltou a necessidade de pensar no abastecimento das cidades atendidas pela Bacia do Corumbataí. Cogitou a necessidade de se pensar em represamento para melhorar o abastecimento e também evitar o adensamento na região atendida. Questionou ainda como inserir o sítio arqueológico existente na região na análise, já que envolve vários aspectos como turismo, navegação, arqueologia, etc.

Alessandra apontou também a necessidade de discutir o esgotamento sanitário porque existe a questão do recebimento das cidades que estão a jusante em relação ao esgoto que vem do montante. Assim, seria um mapeamento importante para entender onde estão os lançamentos *in natura* ou sem que estejam

adequados para a classe dos rios. O Geoparque também é um elemento fundamental para o desenvolvimento, para a manutenção de algumas comunidades.

Letícia respondeu que existem problemas de escala; há dados solicitados que a Emplasa não possui, como as áreas de fragilidade ambiental, enquanto outros são muito gerais, como os de Saneamento. Por isso, é necessário tomar cuidado com querer detalhar informações que não possuímos. Para obtenção de determinados dados, há necessidade de apoio da região, fora que a Emplasa não teria estrutura para fazer todos esses mapeamentos.

Em seguida, Letícia apresentou o macrozoneamento em construção para o PDUI da Região Metropolitana de São Paulo. Pedro Suarez complementou a exposição e ressaltou que algumas das questões levantadas pelos participantes se encaixariam mais na escala das estratégias para ação metropolitana, que são áreas mais dispersas no território, não conformando territórios contínuos, como áreas de precariedade, gestão de risco, etc. Disse também que questões relacionadas com mineração e aterros constituem grande debate na RMSP que ainda não se encerrou.

Letícia retomou a discussão, pontuando que, primeiro, devemos definir de onde partiremos e, segundo, se o entendimento do que é macrozoneamento está comum entre todos. Felipe disse que é importante não perder o foco na construção da estrutura que é necessária para o macrozoneamento. Alessandra falou que os conceitos estão bem claros para os participantes e que precisariam mesmo de dados para auxiliar na construção.

Letícia ressaltou que chama atenção que apenas dois municípios estavam presentes na discussão de um tema que vai ter rebatimento na política territorial dos municípios. Mas que pela experiências anteriores, os municípios participam a partir do momento que a proposta de macrozoneamento é apresentada.

Beatriz questionou se a Emplasa vai elaborar os mapas e enviar aos membros do GT para análise e Letícia respondeu que sim, destacando a necessidade da participação de todos no trabalho à distância, por e-mail. Assim, a Emplasa fica responsável pelo mapeamento, mas o grupo deve analisar e responder dentro de um prazo. Ressaltou ainda a importância de pensar na estrutura mencionada pelo Felipe e não ficar somente na dependência dos dados, ou seja, pensar nas diretrizes, em quais macrozonas estariam presentes no território. A Emplasa poderia fazer uma proposta e trocaria por e-mail com os membros.

Beatriz pediu esclarecimentos sobre o que foi considerado na macrozona de preservação ambiental no PDUI da RMSP e Letícia respondeu que foram consideradas as áreas de proteção integral do SNUC, algumas áreas que os municípios identificaram em seus Planos Diretores com essa característica de preservação ou a função de preservar, e as terras indígenas. Beatriz perguntou a respeito dos sítios arqueológicos e Letícia disse que não foram inseridos. Beatriz retomou a questão do sítio arqueológico presente em Rio Claro e Letícia respondeu que é necessário procurar informações sobre isso em Piracicaba.

Alessandra relatou que o grupo considerou como uma primeira macrozona seria de áreas ambientalmente protegidas e eventualmente algo voltado ao turismo rural. Beatriz questionou se o turismo não entraria como estratégia para ação, porque se sobrepõe com os parques e áreas verdes. Letícia confirmou, lembrando também que o turismo será tratado no GT de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Habitação.

Alessandra indagou se a segunda macrozona seria o urbano consolidado e o que seria considerado. Letícia respondeu que a urbanização consolidada, em São Paulo, foi identificada de duas formas: primeiro, a leitura do uso do solo dos municípios de 2010 e, segundo, as zonas municipais identificadas como urbanas consolidadas pelos próprios municípios. Ressaltou que esse levantamento pode ser complicado em Piracicaba, pois alguns Planos Diretores fazem uma divisão simples das zonas em rurais e urbanas. Em

seguida, Mariana Yamamoto explicou como está o processo de levantamento, leitura e compatibilização dos Planos Diretores dos municípios do Aglomerado. Dos 23 municípios, 5 não tem plano diretor e outros 4 não possuem mapas em seus planos, o que dificulta a determinação do urbano consolidado. Como aproximação, utiliza-se os setores censitários e o perímetro urbano. Assim, seria necessário avaliar caso a caso essas dificuldades com a legislação municipal.

Matias e Beatriz relataram a situação de seus municípios, Limeira e Piracicaba, respectivamente, e concordaram que as dificuldades apontadas pela Mariana de fato ocorrem na região. Mariana ficou de enviar um mapa com leitura unificada dos zoneamentos municipais para discussão na próxima reunião.

Michele apontou que a delimitação de macrozonas e a colocação de diretrizes mais fechadas podem travar o desenvolvimento de alguns municípios. Letícia disse que, para o macrozonamento da AUP, poderia ser feito um esforço invertido, ou seja, primeiro trabalhar as diretrizes e depois determinar as macrozonas, que não havia necessidade de seguir exatamente o que foi feito nos outros PDUIs. É importante pensar quais são as funções existentes na região, suas características gerais, para não cair nesse engessamento dos municípios.

Para Alessandra, a função que chama mais atenção é a de proteção de áreas ambientais, mas demais precisam ser melhor entendidas, seria necessário se debruçar sobre os mapas, até porque só dois municípios estavam presentes na reunião e o Aglomerado conta com municípios com realidades bem diversas. De cara, poderia identificar uma zona ambientalmente protegida, uma zona rural e de produção agropecuária, e uma zona urbana, mas não sabe se, nesse momento, cabe diferenciar o urbano. Beatriz concorda, ressaltando que para eles ainda é complicado pensar regionalmente.

Beatriz indagou se o mapeamento da estratégia de enfrentamento à precariedade urbana e habitacional, definida no PDUI da RMSP, foi feito através do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social e Letícia respondeu que foram utilizados diversos dados além do IPVS, como dados de risco, e também contou com uma leitura bastante importante da Secretaria de Habitação. Beatriz quis esclarecer, sobre a área de diversificação de interesse ambiental, o fato de englobar áreas protegidas mas também ser permitido o adensamento com restrições. Letícia respondeu que ela tem um caráter de uso sustentável mas não tem o impedimento de áreas urbanas e Pedro completou que não são adensadas, podem ser ocupadas com algumas utilidades urbanas.

Letícia então propôs que a Emplasa faça o mapeamento e a unificação da leitura dos Planos Diretores Municipais, enquanto os participantes da aglomeração levantam equipamentos de relevância regional e estabelecem problemas regionais de ordenamento territorial para debater. Todos concordaram com essa proposta.

Letícia então retomou a preocupação com a baixa representação dos municípios, já que os presentes na reunião eram de dois municípios, Piracicaba e Limeira. A Emplasa já enviou ofício a todas as prefeituras e outras formas de contato com os municípios que não estão participando, mas sem sucesso. Alessandra disse que o grupo se compromete a auxiliar a Emplasa no contato com outros municípios. Matias relatou que o município de Rio Claro aprovou um Plano Diretor novo e recomendou que a equipe da Emplasa verificasse se possuem o último mapeamento. Mariana se comprometeu a fazer essa verificação. Letícia solicitou a ajuda deles também nesse levantamento de atualizações dos Planos Diretores dos municípios.

Procedendo aos encaminhamentos, Letícia reforçou a necessidade da participação de todos no trabalho à distância, já que há dificuldades para fazer as reuniões por vídeo conferência ou pessoalmente com tanta frequência.

**Encaminhamentos:**

1. Envio das apresentações realizadas no GT – Macrozoneamento da RMS e da RMSP;
2. Envio de mapa com leitura unificada dos Planos Diretores;
3. Levantamento dos problemas regionais de ordenamento territorial;
4. Prazo para retorno: 5 dias úteis.